

planeta
natureza
competitividade
investimentos
ODS
desenvolvimento
saúde
sustentabilidade
reciclar
clima
futuro
empregos
smart eco
energia
bio eficiência
tecnologia
inclusão
preservar
água
vida

Programa Territórios Sustentáveis: Gestão Integrada na Amazônia

Camila Pena Maia, Diogo Ribeiro Vallim e Felipe Moraes Prado Dzik

Cobertura geográfica: Região Norte

Setor: Indústria

Tipo de medida: Cooperação



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Esse estudo de caso faz parte do Repositório de casos sobre o *Big Push* para a Sustentabilidade no Brasil, desenvolvido pelo Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas.

Acesse o repositório em: <https://biblioguias.cepal.org/bigpushparaasustentabilidade>.

Os direitos autorais pertencem à CEPAL, Nações Unidas. A autorização para reproduzir ou traduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à CEPAL, Divisão de Publicações e Serviços Web: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados-Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Solicita-se apenas que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.

A imagem da capa foi gerada com o Wordclouds.com.

As opiniões expressadas nesse documento, que não foi submetido à revisão editorial, são de exclusiva responsabilidade dos autores e das autoras e podem não coincidir com a posição da CEPAL ou das instituições em que estão filiados.

Os autores e as autoras são responsáveis pelo conteúdo e pela exatidão das referências mencionadas e dos dados apresentados.

Programa Territórios Sustentáveis: Gestão Integrada na Amazônia

Camila Pena Maia¹, Diogo Ribeiro Vallim² e Felipe Moraes Prado Dzik²

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar o caso do Programa Territórios Sustentáveis nos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná, no oeste do Pará, no marco da abordagem “Big Push para a Sustentabilidade”, desenvolvida pela CEPAL. Caracterizado por objetivos e metas estratégicas de médio e longo prazo, divididos em cinco eixos de atuação, o PTS se estabelece como um projeto pioneiro no setor mineral, fornecendo um arcabouço de iniciativas que buscam levar à transformação do desenvolvimento territorial sustentável regional. Observa-se que, embora as ações do programa estejam no início do trabalho – apenas quatro dos quinze anos previstos foram executados, a participação de múltiplos atores da sociedade nesse projeto consolida a construção de um ciclo de desenvolvimento permanente e cada vez mais independente da mineração. Isso faz com que essa ação possa ser entendida como um exemplo de *Big Push* para a Sustentabilidade.

A. Introdução

Os municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa, no oeste do Pará, formam uma área com 121.269 km² e compreendem uma porção peculiar da Amazônia, conhecida como Calha Norte. Essa região é caracterizada pela alta diversidade biológica, congregando a maior rede de áreas protegidas de floresta tropicais do mundo, e onde moram cerca de 300 mil pessoas – uma grande parte composta de populações tradicionais (principalmente indígenas e quilombolas). É nessa região também que está instalado um dos maiores empreendimentos de mineração de bauxita do mundo, o que faz com que os três municípios sejam

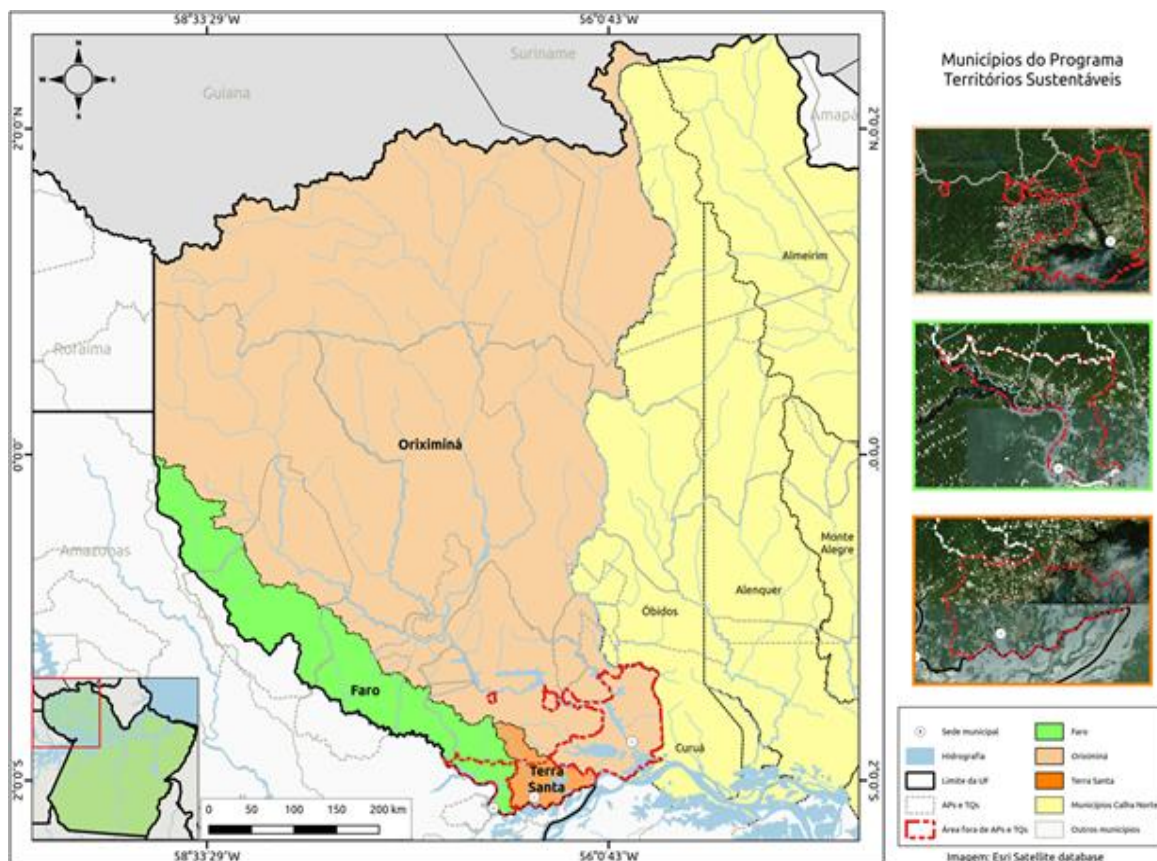
¹ Mineração Rio do Norte.

² Programa Territórios Sustentáveis.

diretamente influenciados (ambiental, social e economicamente) pela exploração do minério, operada pela Mineração Rio do Norte (MRN) desde os anos 70.

Ao longo das décadas, a relação destes municípios com a MRN criou uma situação bastante complexa, pois embora tenha havido aumento da arrecadação, vinda tanto pela Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), quanto por conta de impostos como ICMS Verde e até ISS, o PIB deles acaba sendo elevado, porém os índices de desigualdade social também se mostram altos.

Figura 1
Municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro, que compõem a atuação do Programa Territórios Sustentáveis



Fonte: Documento Base e Anuário PTS.

De acordo os dados do Índice de Progresso Social (IPS) Amazônia 2014, publicado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o IPS de Oriximiná era de 63,03, com desempenho relativo considerado razoável. Já Terra Santa possuía o score 62,10, também enquadrado como razoável. Faro é o que possuía menor desempenho dos três municípios, 53,74, valor considerado fraco. Quando comparado com os índices da Amazônia, que teve IPS geral de 57,31, a performance dos três municípios ainda é competitiva. Porém, se comparadas às dimensões nacionais, que teve pontuação geral de 67,73, o desempenho é inferior.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), os três municípios possuíam, em 2010, desempenho inferior comparados ao IDHM do Estado do Pará (0,646) e a pontuação nacional (0,727), segundo dados disponibilizados na plataforma de consulta Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios. Sendo o IDHM de Oriximiná de 0,623; o IDHM de Terra Santa de 0,635 e o de Faro 0,563.

Tabela 1
Dados Municípios PTS

Município	Área (km ²)	População	IPS Municípios	IDH Municipal
Oriximiná	107,603	70,071	63.03	0.623
Faro	11,770	7,168	53.74	0.563
Terra Santa	1,896	18,105	62.1	0.635

Fonte: IBGE Municípios e IPS Municípios 2014.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do Pará, estes, são municípios essencialmente florestais, exceto Terra Santa, e com baixas taxas de desmatamento, historicamente – com exceção das autorizações de supressão para a instalação das minas para mineração de bauxita (bem como suas infraestruturas permanentes). Quanto a gestão territorial, a grande maioria (mais de 90%) das áreas de Faro e Oriximiná estão sob jurisdição federais e estaduais, com diferentes níveis de ocupação humana (Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Proteção Integral, Terras Indígenas), além de assentamentos rurais e terras quilombolas (bem mais representativas em Oriximiná).

Esse contexto motivou o desenho e criação do Programa Territórios Sustentáveis, formado por um consórcio de três Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIPI) - Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam), Imazon e Agenda Pública - e financiado pela Mineração Rio do Norte. Estas três instituições possuem atuação reconhecida em questões envolvendo temas como de meio ambiente, economia, gestão pública e fortalecimento da sociedade civil organizada.

Inicialmente, foram elaborados diagnósticos para compreender a situação demográfica, aspectos históricos, dinâmica econômica situação urbana social e gestão pública dos três municípios. Os diagnósticos foram realizados, em 2015, por meio de coleta de dados primários e secundários, posteriormente validados com os atores locais. A partir desse trabalho, foi traçado o perfil de cada município, o que serviu para elaboração de objetivos e metas de médio e longo prazos.

1. Novo modelo de sustentabilidade MRN

Um dos projetos industriais pioneiros na Amazônia, a Mineração Rio do Norte (MRN) faz parte do grande complexo mineral que coloca o Pará no time dos mais importantes produtores de minério do Brasil e do mundo. Constituída por uma associação de empresas nacionais e estrangeiras (Vale, South 32, Rio Tinto, Companhia Brasileira do Alumínio, Alcoa Alumínio S.A, Alcoa World Alumina, Hydro e Alcoa AWA Brasil), a empresa mantém, desde 1979, suas operações na vila industrial de Porto Trombetas, Oriximiná.

Ademais, a MRN tem duas atividades desenvolvidas na Floresta Nacional de Saracá-Taquera (Unidade de Conservação criada pelo Governo Federal, em 1989), em minas, licenciadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). Até 2014, todas as minas da empresa concentravam-se em Oriximiná, sendo o único dos municípios a receber os recursos dos CFEM. A partir daquele ano, iniciou-se a extração do minério dentro dos limites de Terra Santa (cerca de 46% da produção de bauxita). Para Faro, a previsão é de que a lavra de bauxita seja iniciada em 2025.

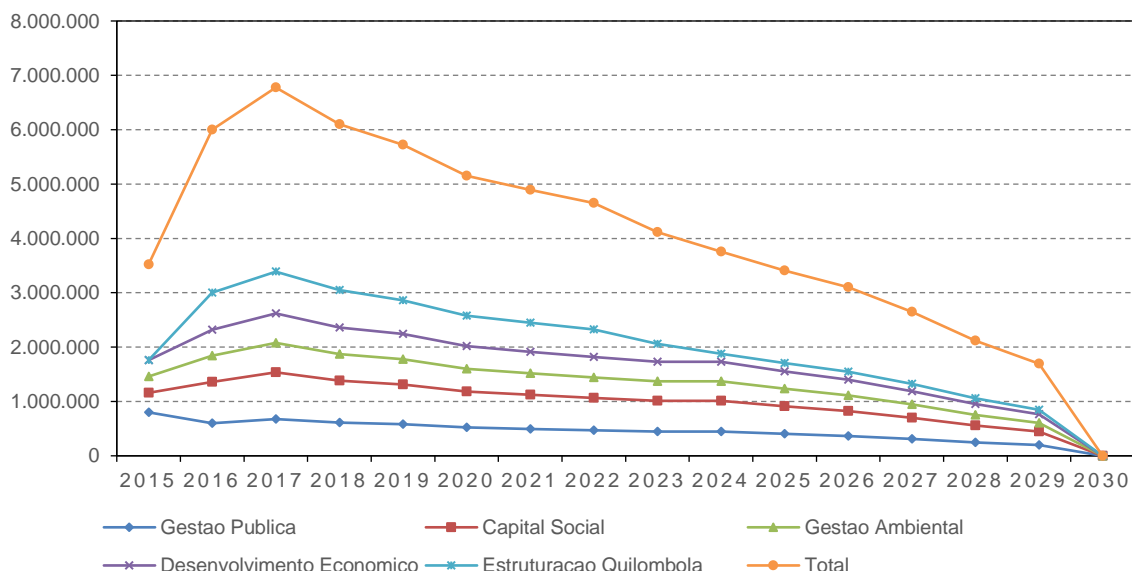
Dessa forma, o município de Oriximiná havia arrecadado, até 2014, uma média de R\$ 21,7 milhões por ano, por meio de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) – coordenada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) – antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Entretanto, com a entrada dos platôs em Terra Santa, essa média de arrecadação caiu para R\$ 15,5 milhões, anualmente. Em Terra Santa, a arrecadação média de royalties figura em cerca de 8,6 milhões de reais. Esse recurso ingressa diretamente no tesouro municipal e até o momento não existe nenhuma prerrogativa legal para destinação direcionada.

Historicamente, a empresa manteve diversos investimentos sociais como iniciativas voluntárias com aporte de verbas diretas, apoio a projetos de incentivos fiscais e projetos de condicionantes

socioambientais, aplicados em temas como saúde, educação, geração de renda e diálogo social, por exemplo. Contudo, notou-se que a gestão e aplicação dos recursos financeiros obtidos com a atividade minerária na região, assim como os investimentos em programas socioambientais não haviam resultado, até o momento, em melhora significativa da qualidade de vida da população local. Somado a isso, existia um risco potencial de no médio e longo prazo os três municípios sofrerem colapso social e econômico com o esgotamento das reservas de bauxita.

A partir deste contexto que a MRN desenvolveu um novo modelo de responsabilidade social, que visa construir e implementar uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e mensurável na bacia Trombetas/ Nhamundá. O Territórios Sustentáveis nasce, neste sentido, como resultado desse plano de sustentabilidade, que visa deixar um legado de desenvolvimento no qual a mineração tenha sido apenas a mola propulsora para progresso da região oeste do Pará. Dessa forma, a MRN se comprometeu (através dos Acordos de Cooperação) a apoiar o programa num horizonte de 15 anos, ou seja, de 2015 a 2030. O montante de recursos financeiros aprovados pela companhia até 2030 é o de R\$ 31.833.466.

Gráfico 1. Investimentos da MRN no PTS ao longo de 15 anos



Fonte: Programa Territórios Sustentáveis, 2015.

Para além disso, as OSCIPs também obtêm recursos (a fundo de perdido) de fundações, doadores e financiadores nacionais e estrangeiros, para a implementar o PTS.

Ainda sobre o financiamento do PTS, a MRN fechou, em maio de 2018, um memorando de entendimento com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) Brasil de colaboração por cinco anos para a execução das ações do programa. Com esse acordo, a USAID passou a investir recursos financeiros no Territórios Sustentáveis dentro da modalidade conhecida como Global Development Alliance (GDA), que visa estabelecer parcerias com o setor privado alavancando recursos e expertise que promovem o desenvolvimento.

O objetivo deste estudo é analisar o caso do Programa Territórios Sustentáveis (PTS), tendo como referência os delineamentos teóricos do *Big Push* para a Sustentabilidade, desenvolvidos pela CEPAL (CEPAL/FES, 2019). Busca-se, ainda, identificar de que maneira as ações do programa se relacionam com a Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS; ONU, 2015). Assim, a metodologia deste trabalho consiste em revisão de dados relevantes para a análise do PTS, incluindo estudos acadêmicos, relatórios técnicos, documentos oficiais do Governo Brasileiro (como dados socioeconômicos e demográficos).

Esse estudo de caso está estruturado da seguinte forma: no capítulo 2, faz-se uma apresentação do programa, descrevendo cada um dos seus eixos de atuação. Neste capítulo, também é apresentada a metodologia aplicada nas atividades de campo, detalhando como é feito o engajamento e participação de cada ator local para o atingimento dos objetivos do programa. São analisados, ainda, os principais impactos econômicos, sociais e ambientais, numa perspectiva de 15 anos e os indicadores já alcançados até o momento. Em seguida, reflete-se o PTS como programa pioneiro que pode vir a se tornar referência para outras iniciativas de responsabilidade social no setor mineral e de que maneira o caso do Territórios Sustentáveis converge às diretrizes da CEPAL do *Big Push* para a Sustentabilidade Por fim, são discutidas, nas considerações finais, as principais lições aprendidas com este estudo de caso.

B. O Programa Territórios Sustentáveis

1. Visão Geral do programa

O Programa Territórios Sustentáveis (PTS) foi criado em 2015 com o intuito de implantar um modelo de desenvolvimento socioambiental integrado no território de três municípios da região amazônica do oeste do Pará: Oriximiná, Faro e Terra Santa. O programa acredita que é possível garantir que as pessoas da região amazônica tenham condições justas de desenvolvimento e oportunidades para uma vida melhor, respeitando as características de cada comunidade. Em comum, os três territórios possuem: grande cobertura florestal; o maior bloco de Áreas Protegidas do mundo; o maior empreendimento mineral de bauxita do Brasil; e, mais recentemente, concessões florestais para a exploração de madeira nativa. Apesar dos superlativos naturais e econômicos, a população residente nesses municípios não tem experimentado os benefícios sociais e econômicos potenciais deste território e enfrentam situações de desigualdade econômica crescente e um cenário de interações complexas, com forte dependência econômica do empreendimento mineral e de repasses dos governos Estadual e Federal.

Figura 2
Finalização Oficina de educomunicação em produção de vídeos para crianças e jovens da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná



Fonte: Arquivo ARQMO/ ECAM.

Como os três municípios formam um bloco territorial contínuo de 121.269 km², o PTS possui uma estratégia de atuação que leva em conta a integração de suas ações, colaborando para um desenvolvimento local de maneira sustentável, incluindo as diferentes populações e comunidades residentes e o poder público. A partir destas premissas, o programa atua de forma sistêmica e integrada em torno de cinco eixos: Gestão Pública, Capital Social, Desenvolvimento Econômico, Gestão Ambiental e Quilombola, eixos que foram levantados como prioridade baseados nos diagnósticos de território e que norteiam o trabalho das organizações pelos próximos 15 anos.

2. Objetivo geral

Criar um modelo de gestão municipal integrada e democrática, no contexto da Amazônia, fomentando um desenvolvimento territorial de interesse público, inclusivo e sustentável, por meio do fortalecimento das instituições públicas, da construção de alternativas econômicas e da ampliação da participação social, considerando a preservação das culturas tradicionais e a conservação ambiental.

3. Responsabilidades dos cinco eixos

- **Gestão Pública:** Apoio a gestão pública municipal por meio da criação de arranjos colaborativos que contribuam para a implantação de políticas públicas mais eficientes, aumentando o acesso da população à serviços públicos de Qualidade;
- **Capital Social:** Apoio às comunidades e lideranças em sua organização, buscando melhorar a sua participação em reuniões de conselhos e conferências. O objetivo é ajudar a população a exercer seus direitos e deveres;
- **Desenvolvimento Econômico:** Apoio ao desenvolvimento e melhoria da economia por meio das cadeias produtivas desenvolvidas (como a castanha, copaíba, pesca, movelaria, madeira, pecuária, agricultura, turismo) e potenciais em cada município, considerando a conservação de áreas protegidas e a preservação de culturas tradicionais;
- **Gestão Ambiental:** Apoio direto às secretarias de meio ambiente para garantir a conservação, as licenças de novas atividades nos municípios e o Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- **Quilombola:** Apoio às comunidades quilombolas em sua organização. O objetivo é fortalecer as suas organizações, sua governança e gestão comunitária promovendo oficinas de planejamento, capacitações, encontros e reuniões que potencializam a atuação de suas organizações nos processos de relacionamento com os outros atores da região e nos seus planejamentos comunitários.

4. Atividades

A primeira ação para consolidar a implantação do PTS foi a qualificação dos gestores públicos municipais e do poder legislativo local, buscando ter uma visão integrada dos atores dentro do seu território, para a criação de uma gestão mais efetiva e garantir, por meio de políticas públicas consolidadas, a continuidade das ações que beneficiam a toda a população, e inclusive ao setor privado. Após a fase de capacitação, o Comitê do PTS estabeleceu acordos mútuos de cooperação com as prefeituras, para pactuar apoio e o engajamento na implementação das ações nos municípios.

O segundo passo foi sensibilizar e difundir os princípios e ações do PTS, por meio de oficinas, seminários e consultas públicas, junto aos grandes atores econômicos, o poder público, a sociedade civil organizada, comunidades tradicionais e a população urbana nos três municípios.

O passo seguinte consistiu num amplo diagnóstico para avaliar os diversos elementos da economia (cadeias produtivas existentes), gestão pública municipal, organismos municipais de meio ambiente,

associações organizadas (comunitárias, de classe, entre outros), conselhos municipais e outros espaços de participação popular, em cada município. Esses diagnósticos serviram como linha de base para o planejamento de ações (capacitações, investimentos, assessorias, consultorias, ajustes na legislação municipal etc.) do PTS para os próximos ciclos.

Em paralelo a estes diagnósticos, outra ação importante foi o incentivo à participação e qualificação do controle social. O fortalecimento (inclui o diagnóstico de gestão, plano de ação, capacitação e assessoria) de conselhos municipais, associações, sindicatos e outros espaços de participação popular, promovendo a autonomia e o empoderamento destes organismos no pleito de políticas públicas mais democráticas e eficazes.

Para o ciclo 2018/2019, as atividades implementadas foram planejadas de acordo com as prioridades de cada eixo, definidas a partir dos diagnósticos realizados. Na Gestão Pública, o foco se deu na Formulação de Políticas Públicas para Melhoria dos Serviços e Atendimento na Área da Saúde, através de um diagnóstico da maturidade dos serviços, pesquisa de satisfação dos usuários e plano de ação com treinamentos e oficinas presenciais para os funcionários da área nos temas de atendimento humanizado, manipulação de alimentos, fluxo e processos de atendimento, entre outros, culminando na elaboração de Cartas de Serviço que irão servir como códigos de conduta base para os atendimentos e serviços nas unidades de saúde municipais com informações claras e acessíveis tanto para os funcionários, como munícipes; na frente de Governo Aberto, o trabalho ocorreu para a implementação de experiências piloto de transparência nas unidades de saúde, a partir de treinamentos sobre governo aberto, lei de transparência e acesso à informação, além do trabalho em conjunto com os servidores para a estruturação de uma ouvidoria de controle social para avaliação dos atendimentos e serviços prestados aos munícipes. Por último, com o objetivo de melhorar a Qualidade nas finanças públicas do município de Oriximiná, foi realizado um diagnóstico e em seguida elaborado um plano de ação para aprimoração do Código Tributário na cidade com o apoio dos secretários e servidores públicos locais.

No eixo Desenvolvimento Econômico, o foco deu-se no apoio às cadeias produtivas de Produtos Não Madeireiros como a Castanha e a Copaíba, através de estudos das cadeias e planos de manejos para criação de empreendimentos que comercializem esses produtos baseados na produção sustentável e com a participação das comunidades locais, as quais receberam capacitações técnicas culminando na formalização da Cooperativa de Beneficiamento de Castanha da Comunidade do Urubutinga e criação da COOPAFLORA (Cooperativa Mista dos Povos Tradicionais da Calha Norte); com o objetivo de fomentar e desenvolver o Turismo de Base Comunitária na comunidade do Português em Faro, foram realizadas viagens piloto e de intercâmbio de experiência com especialistas com feedbacks e reuniões de discussão para eventuais melhorias, além de capacitações técnicas sobre o planejamento para a alta temporada turística, pesca esportiva e noções básicas da Língua Inglesa; na frente para o desenvolvimento de um modelo piloto de Pecuária Sustentável em Oriximiná, os técnicos do programa em parceria com Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento realizaram em 14 fazendas visitas técnicas mensais de acompanhamento, monitoramento e proposição de melhorias no manejo visando aumentar a produtividade, recuperar áreas degradadas, conservar a floresta e os cursos de água, observando o bem-estar dos funcionários e dos animais.

Na Gestão Ambiental foram realizadas diversas assessorias técnicas com os técnicos das secretarias municipais de meio ambiente de cada município para o cumprimento das metas do Programa Municípios Verdes e Sustentáveis, além disso foram realizados diagnósticos dos sistemas de gestão ambiental, levantamento de dados socioeconômicos (IPS/IBGE) e ambientais (Prodes/INPE e SAD³), elaboração de mapas temáticos a partir de informações aeroespaciais de desmatamento e cobertura do solo; visando o Fortalecimento das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Mineração, foram realizadas capacitações em procedimentos operacionais para a fiscalização ambiental, geotecnologia e regularização ambiental. Complementando as capacitações, a equipe do programa fez revisões e proposições sobre os marcos regulatórios ambientais dos municípios, visando facilitar o efetivo licenciamento ambiental. Por último,

³ Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal (Imazon).

foram realizadas capacitações específicas para o credenciamento de novos agentes ambientais nos municípios.

Figura 3
Apresentação de Resultados de Campo Programa Pecuária Sustentável em Oriximiná



Fonte: Arquivo Imazon.

No eixo Capital Social, visando o Fortalecimento Institucional e Sustentabilidade das associações de bairro, conselhos municipais, cooperativas e comunidades do entorno dos municípios, foram realizadas assessorias técnicas mensais para apoiar a regularização, desenvolvimento da gestão interna para impulsionar o empreendedorismo, participação, autonomia e articulação em rede. As assessorias focaram no planejamento estratégico, desenvolvimento de peças de comunicação, projetos de captação de resíduos sólidos, acompanhamento de metas, inscrição em editais, atualização de estatutos, cadastramento de associados e planos para captação de recursos. Somando-se a isto, com o objetivo de promover ainda mais as capacidades dos membros dessas organizações, foram realizadas oficinas e treinamentos abordando temas como: educomunicação de produção jornalística, de vídeos e influenciadores digitais; juventude, gênero e resolução de conflitos; prestação de contas para gerenciamento de atividades e projetos e empreendedorismo e sustentabilidade financeira de associações.

No eixo Quilombola, visando o fortalecimento institucional e a sustentabilidade das associações e seus integrantes, são realizadas, mensalmente, assessorias técnicas jurídicas, tributárias e contábeis, além de oficinas e treinamentos abordando temas como: educomunicação para inserção de conteúdos em mídias e redes sociais e empreendedorismo ao público jovem. Para garantir a gestão territorial quilombola, foram realizados oficinas e encontros para construção e revisão dos Planos de Vida dos Territórios com ampla participação dos membros, além do apoio ao planejamento estratégico para implementação dos Planos. Por último, com o objetivo aumentar ainda mais a participação dos integrantes das associações na gestão territorial e financeira, o Fundo Quilombola foi implementado e pilotado com o apoio do Programa e dos representantes locais, com discussões iniciadas desde a definição da metodologia e processos, eleição do Conselho Deliberativo, definição da instituição gestora e das regras do Fundo. Além disso, é realizada assessoria contínua de acompanhamento e auxílio para acesso e solicitações por parte das associações quilombolas ao Sistema Funtec, responsável pela gestão financeira e administrativa do Fundo Quilombola.

5. Metas 2030 e principais resultados alcançados até o momento

Cada eixo do programa é orientado por uma visão de desenvolvimento específica definida no início do projeto, sendo controlada por indicadores de médio/longo prazo, atualizados a cada ciclo de cinco anos. Além disso, há um controle anual de *milestones*, com indicação dos principais marcos atingidos a cada ano.

Para o eixo Gestão Pública, sua visão de longo prazo visa uma gestão pública efetiva, eficiente, participativa e transparente nos municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa. Com relação ao ciclo 2015-2019, destacamos os seguintes milestones alcançados: elaboração e implementação de Código Tributário em Oriximiná, aumentando a capacidade de arrecadação da Prefeitura; lançamento e implementação de cartas de serviço e ouvidoria da saúde em Terra Santa; entrega dos Termos de Referências para aquisições com recursos da concessão florestal à equipe da SEMMA; revisão dos planos diretores dos três municípios; elaboração do planejamento estratégico das administrações municipais nos três municípios; consolidação do projeto de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Crianças e Adolescente, em Terra Santa.

Para o eixo Capital Social, o PTS busca promover as associações, instituições de representação social e espaços coletivos de decisão inclusivos, de forma transparentes e atuantes, operando em escala municipal e territorial. Com relação ao ciclo 2015-2019, destacamos os seguintes milestones alcançados: diagnóstico integrado de 72 associações e 18 conselhos municipais nos três municípios; 121 associações e conselhos municipais apoiadas com capacitações, representando um total de 24.500 associados nos três municípios (90% das instituições da sociedade civil organizada da região); mais de 606 lideranças da sociedade civil capacitadas (64% mulheres) em elaboração e gestão de projetos, indicadores, prestação de contas e planos de captação de recursos; apoio na construção e encaminhamento de 25 propostas de projetos, dentre elas 21 para os FIAs; estruturação das atividades ligadas a reciclagem de materiais em Oriximiná; criação de associação de catadores de materiais reciclados e apoio às ações de fortalecimento e geração de renda da Associação Recicla Oriximiná junto à secretarias municipais e com a criação do programa Orixí Sustentável; campanha de registro e regularização para 45 associações nos três municípios; associações com ferramentas e campanhas efetivas de comunicação.

Para o eixo Desenvolvimento Econômico, o PTS organiza suas ações com o objetivo de até 2030 aumentar em 40% o PIB per capita municipal dos três municípios. Com relação ao ciclo 2015-2019, destacamos os seguintes milestones alcançados: concretização da experiência piloto do turismo de base comunitária; formação da Cooperativa de Beneficiamento de Castanha da Comunidade do Urubutingá; criação da Cooperativa Mista dos Povos Tradicionais da Calha Norte (COOPAFLOTA); elaboração e publicação do Plano de Uso Público da Flota de Faro; criação do Centro de Gestão Integrada da Flota de Faro (para receber turistas), com a participação direta da comunidade; evolução do plano de manejo com o mapeamento de mais de 500 copaibeiras em Faro; diagnóstico da cadeia de bens alimentícios em Porto Trombetas: fornecimento, consumo e agricultura familiar; elaboração de um Plano de negócios para a cadeia da castanha; inserção da área para setor moveleiro de Terra Santa e Oriximiná no plano diretor municipal; implantação do Programa de Meliponicultura com 30 caixas de mel em fase produtiva em Faro; implementação do programa piloto de Pecuária Sustentável em 14 fazendas de Oriximiná.

Para o eixo Gestão Ambiental, a visão de longo prazo do PTS busca implementar a gestão sustentável das florestas, deter o desmatamento ilegal e restaurar áreas degradadas em Faro, Oriximiná e Terra Santa. Com relação ao ciclo 2015-2019, destacamos os seguintes milestones alcançados: apoio na criação do Plano de utilização e investimento na gestão ambiental através de recursos da concessão florestal, sendo, até agora, R\$ 820 mil concedidos à Faro, R\$ 2,8 milhões concedidos à Oriximiná e R\$ 430 mil concedidos à Terra Santa; conclusão da base cartográfica de relevo e áreas protegidas dos três municípios; criação do Fórum dos Secretários Municipais do Meio Ambiente do Norte do Pará; formação de 72 pessoas (30 mulheres) como Agentes Ambientais Comunitários em Faro e Oriximiná; 121 pessoas capacitadas e 60 novos agentes ambientais credenciados em quatro territórios; 54 técnicos capacitados em geotecnologia, regularização ambiental e fiscalização em 10 municípios do Baixo Amazonas; apoio à elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR), atingindo os seguintes índices: Faro 96.16%, Terra Santa

72,32 % e Oriximiná 100%; capacitação dos conselhos municipais de meio ambiente dos três municípios em gestão ambiental, áreas protegidas, concessão florestal e ICMS Verde.

Para o eixo Quilombola, sua visão de longo prazo busca fortalecer as organizações quilombolas do território, sua governança e gestão comunitária, promovendo oficinas de planejamento, capacitações, encontros e reuniões que potencializam a atuação de suas organizações nos processos de relacionamento com os outros atores da região e nos seus planejamentos comunitários. Com relação ao ciclo 2015-2019, destacamos os seguintes milestones alcançados: Fundo Quilombola formalizado e com experiência piloto de transferência de renda para 7 associações participantes do programa realizada com sucesso; planos de vida elaborados para 7 associações comunitárias quilombolas; desenvolvimento de canais de comunicação com conteúdo produzidos pelas populações locais; suporte contínuo à regularização das associações, apoio na regularização de débitos com a Receita e adequação estatutária para as nove associações quilombolas da região de Oriximiná ; apoio à regularização de 7 associações comunitárias dos territórios; 115 representantes quilombolas treinados em gestão de associações e elaboração de projetos; Programa de Estágio Quilombola implementado com apoio a estudantes quilombolas; Programa de Inclusão Digital, com instalação, manutenção e fortalecimento dos pontos de internet em oito comunidades quilombolas.

A seguir, a Tabela 2 apresenta todos os indicadores de médio e longo prazo controlados para cada eixo. Como mencionado anteriormente, esses indicadores são monitorados a cada cinco anos, com sua primeira aferição prevista para 2020.

Tabela 2
Indicadores de Médio e Longo Prazo PTS

A. Gestão Pública
% de aumento da arrecadação de tributos municipais em comparação aos anos anteriores
% de instrumentos e políticas elaborados
Grau de conformidade com referência em governo aberto MP
% de avaliação positiva para serviços públicos dos municípios
B. Capital Social
Número de projetos e iniciativas gerenciadas de forma eficiente e transparente
Número de associações e conselhos democráticos, inclusivos e atuantes
Número de associações legalizadas, aptas a estabelecer convênios e captar recursos
Número de associações com mecanismos financeiros transparentes
Número de associações participantes e com ações coletivas em áreas de interesse
C. Desenvolvimento Econômico
% aumento no valor (R\$) da renda bruta das movelarias
Valor (R\$) da produção da castanha de Oriximiná
Valor (R\$) da produção da copaíba de Oriximiná e Faro
Renda bruta turismo
% de compras públicas da agricultura familiar para a merenda escolar via PNAE
D. Gestão Ambiental
Valor (R\$) arrecadado pela SEMMAs
% desmatamento líquido zero
% CAR (maior que 80%)
% de destinação dos resíduos sólidos destinados de forma correta
E. Quilombola
Número de associações quilombolas regularizadas jurídica e fiscalmente
Recursos financeiros (R\$) captados e aplicados nas comunidades
Número de moradores com acesso e uso regular de internet

Fonte: Programa Territórios Sustentáveis, 2015.

6. Monitoramento

O planejamento do PTS é feito em ciclos anuais, com reuniões estratégicas com cada organização executora para definição e priorização de temas, metas e integração dos eixos durante o novo ciclo. Para controle, o sistema de monitoramento do programa prioriza uma visão integrada da gestão dos contratos de cada organização, a partir do controle mensal das atividades e resultados alcançados tanto no curto, como no médio prazo. Esse monitoramento ocorre por meio da utilização de processos e instrumentos de controles mensais dos contratos baseados nas ações dos cinco eixos, a partir da consolidação das informações em relatórios mensais individuais de cada atividade e organização nos níveis de escopo, cronograma, orçamento e realização das atividades, sendo consolidado em um instrumento integrado formatado em um painel de controle com até três indicadores por resultados específicos, acompanhado de um report mensal com o progresso/cumprimento das mesmas. No que tange a avaliação dos resultados e impactos, o programa possui três indicadores por resultado específico, além de estar construindo um conjunto de indicadores de impactos baseados no Índice de Progresso Social e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

7. Caminho para o desenvolvimento territorial integrado

Nas últimas décadas, notou-se um grande aumento da pressão da sociedade civil, aliada à crescente emissão de regulamentação internacional sobre aspectos de sustentabilidade, gerando movimentação das organizações.

Neste contexto, o setor mineral é, ao mesmo tempo, relacionado tanto ao do crescimento econômico como à exaustão de recursos, relacionada a passivos ambientais e sociais bastante significativos. Todo esse conjunto tem servido como indutor para as mineradoras.

Assim, mediante ao dilema socioambiental enfrentado pelos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná, o Programa Territórios Sustentáveis desenvolve sua atuação sob três aspectos-chave: gestão pública local eficiente; sociedade civil organizada e capacitada para exercer seus direitos e uso econômico do ativo ambiental (produtos florestais, minerais e da socio biodiversidade) de forma inclusiva e sustentável. Esses pilares buscam tratar problemas explicitamente estruturais, relevantes para a região.

8. Dimensões “Big Push para a Sustentabilidade” atendidas

O PTS converge com a abordagem proposta pelo *Big Push* para a Sustentabilidade, elaborada pela CEPAL ao apresentar uma experiência efetiva de articulação e coordenação entre atores privados e públicos, com foco na alavancagem de investimentos nacionais e internacionais para a criação de um círculo virtuoso que associe a melhoria de indicadores sociais e econômicos das populações locais ao uso sustentável dos recursos naturais da região da Calha Norte. Assim, faz-se uma reflexão a partir das três eficiências definidas no contexto da abordagem proposta nesta Chamada.

Observa-se que o PTS atua na eficiência schumpeteriana, apoiando a diversificação da economia por meio da promoção de cadeias produtivas locais em operação (como a castanha, copaíba, pesca, movelaria, madeira, pecuária, agricultura e turismo de base comunitária) e potenciais de cada município, considerando a conservação das áreas de proteção e a preservação de culturas tradicionais, principalmente de indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Ações dessa natureza impulsionam a economia e são importantes instrumentos para garantir as heterogeneidades produtivas na região, tendo em vista que as atividades de extração mineral implicam na exaurimento de um recurso natural finito, o que pode comprometer o futuro econômico desses municípios no longo prazo.

A eficiência keynesiana também pode ser notada no suporte à criação de arranjos colaborativos que contribuam para a implantação de políticas públicas mais eficientes, aumentando o acesso da população a serviços públicos de qualidade. Além disso, o fortalecimento de conselhos municipais, associações, sindicatos e outros espaços de participação popular, promove a autonomia e o empoderamento destes organismos no pleito de políticas públicas mais democráticas e eficazes. Pois, representações populares

fortalecidas, engajadas e reconhecidas por seus liderados e servidores públicos preparados e com processos bem estruturados, agregam legitimidade e capilaridade nas ações de promoção. Essas ações conjuntas refletem positivamente na redução de desigualdades de renda, gênero, etnia, geração, origem e/ou outras brechas estruturais e ampliam o acesso ao mercado de trabalho formal, educação, saúde e/ou proteção social.

A última eficiência, que se refere à recuperação e/ou melhor gestão de solos, pastagens e florestas e da redução da geração ou melhor gerenciamento de resíduos sólidos, conjuga fortemente com os preceitos básicos do PTS, essencialmente dentro de seu eixo ambiental. As áreas de proteção (APs) dominam geograficamente o território dos três municípios e dentro delas estão inclusas áreas de conservação de uso direto e indireto, assim como também territórios reconhecidos por populações tradicionais. Nesse sentido, as ações de apoio direto à implementação dos Planos de Manejo das APs, elaboração dos Planos de Gestão Ambiental e Territorial Quilombola, obtenção da habilitação para o licenciamento ambiental para o cumprimento das metas do Programa Municípios Verdes e o recebimento de recursos de concessão florestal para gestão ambiental são instrumentos importantes para sinalizar um desenvolvimento territorial coeso, eficiente, inclusivo e sustentável.

Por fim, as metas e objetivos do programa se integram e incidem com 16 objetivos e 59 metas dos ODS (ONU, 2015), da iniciativa Pará 2030⁴ e Programa Municípios Sustentáveis⁵. Contudo, destacam-se, especialmente os esforços na contribuição para o atingimento do ODS 8, que visa para promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável; ODS 11, que busca fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; ODS 13, que tem como meta combater a mudança climática e seus impactos; e, ainda o ODS 15, cujas metas englobam gerir de forma sustentável as florestas.

C. Conclusão

Este estudo teve como intuito detalhar todo o processo de concepção e estruturação do Programa Territórios Sustentáveis no território de Faro, Oriximiná e Terra Santa, destacando reflexões sobre lições aprendidas, desafios e oportunidades para o “Big Push para a Sustentabilidade”.

O programa foi construído como um modelo que pode ser implementado em diversos territórios da Amazônia que enfrentam desafios similares. Compreende-se, ainda, que como uma iniciativa piloto, o PTS passa por um processo contínuo de melhoramento e adaptações, através de um processo de aprendizagem de quais atividades foram mais bem-sucedidas, quais foram os principais desafios e quais ações não surtiram o efeito esperado.

No entanto, embora o Programa ainda esteja em desenvolvimento, os resultados já obtidos demonstraram na prática como a iniciativa está contribuindo simultaneamente com relação ao tripé do desenvolvimento sustentável, ou seja, trazendo benefícios econômicos, sociais e ambientais, uma vez que, as ações do PTS servem como canal para a concepção de uma gestão plena do território, tanto na esfera governamental como entre as comunidades e a população local. Com isso, espera-se que toda a sociedade desse território usufrua de um aumento na qualidade de vida perene, promovido pelo aumento da oportunidade de um espaço de corresponsabilidade dos diferentes atores sociais, e gerando a redução da dependência econômica da mineração na região.

Dessa forma, pode-se afirmar, a partir do que foi descrito, que o programa é um exemplo de articulação e coordenação para um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia, na medida que fornecerá, a longo prazo, um arcabouço de diretrizes, metas e linhas de ação para futuras experiências.

Por isso, espera-se que essa publicação contribua para ampliar o entendimento e a capilaridade desse programa para a sociedade civil organizada e população local.

⁴ Projeto Pará 2030, acesse: <http://para2030.com.br>

⁵ Programa Municípios Sustentáveis, acesse: <http://municipiossustentaveis.pa.gov.br>

Referências bibliográficas

- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2014), “La brecha de infraestructura económica y las inversiones en América Latina”, *Boletín FAL*, No. 332.
- CEPAL/FES (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) / (Fundação Friedrich Ebert Stiftung) (2019), “Big Push Ambiental: Investimentos coordenados para um estilo de desenvolvimento sustentável”, *Perspectivas*, N.20, (LC/BRS/TS.2019/1 e LC/TS.2019/14), São Paulo.
- FGVces (Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas) (2019), *Oportunidades de geração de valor social para comunidades: Um guia orientador para empresas*. 1ª ed. São Paulo, FGV-EAESP/FGVces.
- _____(2017), *Construindo a participação em agendas para cidades sustentáveis*.
- Pagotto, L. M. (2018), *Um olhar territorial para o investimento social corporativo: princípios e diretrizes*, São Paulo, FGVces/EAESP-FGV.
- Finer, M. e outros (2008), “Oil and gas projects in the Western Amazon: Threats to wilderness, biodiversity, and indigenous peoples”, *PLoS ONE*, vol. 3, N. 8.
- IFC (International Finance Corporation) (2007), *Participação dos interessados: Manual de Melhores Práticas para Fazer Negócios em Mercados Emergentes*, 1ª ed. Washington D.C.: IFC.
- IPS Amazônia (2014), “IPS Amazônia” [online] <http://www.ipsamazonia.org.br/>.
- M. D. Langaas, J. O. e K. B. (s/d), *The concept of institutional capacity building and review of road sector projects*, Norwegian Public Roads Administration.
- OHCHR (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights) (2012), *The corporate Responsibility to Respect Human Rights: An Interpretive Guide* (HR/PUB/12/02), Publicação das Nações Unidas.
- _____(2011), *Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy” Framework* (HR/PUB/11/04), Publicação das Nações Unidas.
- ONU (Organização das Nações Unidas) (2015), *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (A/ RES/70/1), Nova Iorque, Publicação das Nações Unidas.
- Pinto, Daniela Gomes; Monzoni Neto, Mario Prestes; Gomez, H. (2018), *Grandes obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes*, 2ª ed, São Paulo, FGV-EAESP/FGVces.
- PTS (Programa Territórios Sustentáveis) (2018), *Anuário 2017*, Brasília, PTS.
- Xavier, A. V. (2010), “Responsabilidade social corporativa: um enfoque multidisciplinar no contexto globalizado” *Desenvolvimento em Questão*, vol. 8, N. 16.